



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

4

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ESPECIALIDADE:

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os dados identificadores do seu cargo coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A marca de uma boa ação é que, retrospectivamente, parece inevitável.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **28/4/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **29 e 30/4/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **26/5/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Acre e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões 1 e 2

1 As sociedades humanas são complexas e os seus
membros se atraem ou se repelem em função de sua pertinência.
Não existe o homem só, mesmo quando solitário. Para se
4 construir e entender-se, o homem precisa pertencer. Essa
pertinência vai desde a linguagem, passa pelos grupos e classes
sociais e invade as culturas, os saberes e, até mesmo, as
7 idiossincrasias. As sociedades não são essencialmente
harmônicas. Elas sempre se estão transformando a partir dos
conflitos e das contradições que as fazem mover-se e
10 transformar-se. Assim, as sociedades funcionam, muito mais,
pela lógica das contradições do que pela lógica da identidade.

13 À luz desses entendimentos é que os direitos humanos
devem ser vistos. Não mais direitos que apenas se cristalizam em
leis ou códigos, mas que se constituem a partir de conflitos,
que traduzem as transformações e os avanços históricos da
16 humanidade. Não se pode mais entendê-los como fruto de uma
sociedade abstrata, mas como a expressão coativa de tensões e
contradições engendradas pelos embates de interesses e projetos
19 de grupos sociais.

Roberto A. R. de Aguiar. *Ética e direitos humanos. In: Desafios Éticos.*
Conselho Federal de Medicina, p. 60-1, 1993 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção que dá continuidade gramaticalmente correta e argumentativamente coerente ao texto.

- A Por isso, podemos dizer que os verdadeiros direitos humanos buscam o que a de harmônico na sociedade.
- B Assim, devemos entender que valores sociais, devem expressar indiscriminadamente o bem de todos.
- C Dessa forma, os direitos humanos devem ser entendidos sob o ângulo do contexto que lhes deu origem.
- D Desse entendimento, justa seria a lei que justificasse a harmonia, em qualquer tempo ou espaço.
- E Portanto, o conceito de justiça social deve-se sobrepor a diversidade de concepções de mundo.

QUESTÃO 2

Considerando as relações de coesão textual, assinale a opção correta a respeito do uso de pronomes no texto.

- A O desenvolvimento do texto permite que o pronome “se” em “se repelem” (l.2) seja retirado e fique apenas subentendido.
- B O uso do pronome em “se construir” (l.3-4) e “entender-se” (l.4) mostra que deve ser usado o pronome também em “pertencer” (l.4): pertencer-se.
- C Na linha 9, preservam-se a coerência dos argumentos e a correção gramatical do texto ao se deslocar o pronome “as” para depois do verbo “fazem” do seguinte modo: fazem as mover-se.
- D A forma verbal “traduzem” (l.15) está flexionada no plural porque o sujeito da oração, o pronome “que” (l.14) retoma a expressão no plural “leis ou códigos” (l.14).
- E Em “entendê-los” (l.16), o pronome substitui o vocábulo “conflitos” (l.14).

Texto para as questões de 3 a 5

1 Toda a questão do conhecimento, como desejo
de penetrar os fenômenos e dizer sua lógica,
organização e seu funcionamento, pode ser pensada a
4 partir do que se deve denominar uma filosofia de
superfície: aquela que se dedica a tratar crítica e
analiticamente o mundo das superfícies. Há a confusão
7 a ser revista entre superfície e aparência. Enquanto a
aparência é uma categoria metafísica, a superfície é
muito mais uma categoria gnosiológica. Desse ponto de
10 vista, a superfície é aquilo que revela nossos valores e
preconceitos ou que os esconde. Por isso, é possível
associar a superfície ao superficial. O conceito de
13 aparência está intimamente conectado com o de
superfície, mas é dele sutilmente diverso. Enquanto a
aparência é um conceito em sentido estrito, pois não a
16 podemos entender sem a palavra que a representa,
“superfície”, quase não é um conceito, dado seu caráter
de realidade fisicamente tangível. Mais correto é dizer
19 que a superfície é um conceito limiar, diverso de um
conceito puro, aquele que se estabelece *a priori* por
estratégias puramente racionais. Não precisamos usar a
22 superfície para explicar o mundo, porque ela mesma é
parte do mundo que exige explicação. Ela é um dado da
realidade ao qual nos relacionamos. A superfície pode
25 ter uma aparência ou ser mais, a própria verdade.

Márcia Tiburi. *Uma filosofia da superfície.*
In: Cult, ano 11, p. 42 (com adaptações).

QUESTÃO 3

Com base no texto, julgue as inferências propostas nos itens abaixo.

- I A partir das superfícies das coisas do mundo, pode-se julgar se as aparências são verdadeiras ou não.
- II Na perspectiva teórica do texto, conceitos puros ou estritos são estabelecidos, *a priori*, por estratégias puramente racionais.
- III Da supremacia da aparência sobre a superfície decorrem preconceitos e problemas no conhecimento da lógica e do funcionamento da realidade.

Apresenta sustentação na argumentação do texto apenas o que se afirma

- A no item I.
- B no item II.
- C no item III.
- D nos itens I e II.
- E nos itens II e III.

QUESTÃO 4

Assinale a opção **incorreta** a respeito da relação entre as estruturas linguísticas e as ideias do texto.

- A Nas linhas de 1 a 3, o trecho “como desejo (...) funcionamento” tem a função de explicar ou definir como o “conhecimento” deve ser entendido no desenvolvimento do texto.
- B Nas linhas de 4 a 6, o trecho “que se (...) superfícies” identifica a função da “filosofia de superfície”.
- C O trecho “pois não (...) representa, ‘superfície’” (ℓ.15-17) fornece uma justificativa para a existência de preconceitos.
- D O trecho “dado seu caráter de realidade fisicamente (...) tangível” (ℓ.17-18) indica por que ‘superfície’ (ℓ.17) não deve ser considerada um conceito puro.
- E Na linha 25, o trecho “a própria verdade” explicita o que seria “ser mais”.

QUESTÃO 5

Considerando o uso das estruturas linguísticas no texto, assinale a opção correta.

- A A flexão de feminino em “pensada” (ℓ.3) deve-se à concordância com “lógica” (ℓ.2).
- B Na linha 4, a ideia de reflexividade do verbo “denominar” está expressa por meio do uso do pronome em “se deve”.
- C Na linha 12, o emprego do verbo “associar” permite a inserção do sinal indicativo da crase em “a superfície”, sem que se provoque erro gramatical ou incoerência textual.
- D A forma verbal “exige” (ℓ.23) apresenta flexão de singular para concordar com o pronome “ela” (ℓ.22), que, por sua vez, retoma, por coesão, “superfície” (ℓ.22).
- E A substituição da preposição “a” em “ao qual nos relacionamos” (ℓ.24) pela preposição **com** manteria a correção do texto.

Texto para as questões 6 e 7

- 1 Quando o ritmo de vida se acelerou? Alguns juram que foi a partir de 1995, com a chegada da Internet ao Brasil e sua avalanche de informação. A verdade é que a culpa acabará genericamente
- 4 atribuída à tecnologia. Foi ela que nos viciou na vida de tempo real, nos supermercados 24 horas, no acesso à informação farta, exata e imediata. Obcecados por conveniência, velocidade e modismos,
- 7 somos presas fáceis para marcas que promovem a obsolescência prematura de seus produtos. Segundo especialistas, esse comportamento é o fenômeno da posse transitória, termo que define
- 10 o pouco tempo que permanecemos com os produtos que compramos. Por sinal, o mesmo raciocínio estende-se às relações, tanto pessoais quanto profissionais. Priorizamos resultados de curto prazo e
- 13 queremos tudo ao mesmo tempo agora. E, assim, aos poucos, sem perceber, vamos construindo uma sociedade descartável.

Luiz Alberto Marinho. *Sociedade descartável*. In: *Vida Simples*, dez./2008, p. 80 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta a respeito da associação entre as estruturas linguísticas e os argumentos do texto.

- A O uso do futuro do presente em “acabará” (ℓ.3) expressa que a verdade referida ainda não foi comprovada.
- B Com o uso do termo “presas” (ℓ.7), incluem-se mulheres como leitoras do texto, presumindo sua notória sensibilidade para o consumo.
- C A retirada do pronome possessivo do termo “de seus produtos” (ℓ.8) alteraria as relações semânticas do texto e, por isso, provocaria incoerência entre os argumentos.
- D Preservam-se a coerência e a correção do texto ao se ligar o período iniciado por “Priorizamos” (ℓ.12) ao anterior por meio da conjunção **conquanto**, escrevendo-se do seguinte modo: (...) profissionais, **conquanto** priorizamos (...).
- E Pela argumentação utilizada, depreende-se que uma “sociedade descartável” (ℓ.14) é consequência do ritmo de vida acelerado associado à grande avalanche de informação.

QUESTÃO 7

Preservam-se a coerência da argumentação bem como a correção gramatical do texto ao se

- A inserir a preposição **de** imediatamente antes de “que” em “A verdade é que a culpa acabará” (ℓ.3).
- B substituir o ponto empregado logo depois de “tecnologia” (ℓ.4) pelo sinal de dois-pontos, escrevendo-se a palavra seguinte com letra minúscula.
- C inserir o pronome **toda** imediatamente antes de “informação” em “no acesso à informação farta, exata e imediata” (ℓ.5-6).
- D substituir a vírgula logo depois de “modismos” (ℓ.6) por ponto-e-vírgula.
- E retirar o sinal indicativo da crase em “às relações” (ℓ.11), generalizando o termo.

QUESTÃO 8

Considerando as normas de redação de documentos oficiais, assinale a opção correta.

- A** Respeita a formalidade exigida em documentos do padrão officio o seguinte início de documento:
 DJ/TCE-AC/2008/38
 Rio Branco, 31 de março de 2009
 Ilmo. Senhor Diretor Pedro José da Silva,
- B** Respeita as normas gramaticais e o padrão estabelecido para documentos oficiais o seguinte parágrafo de um regimento:
 1.º – Não serão admissíveis a reiteração de pedidos, salvo se fundados em novas provas.
- C** Respeita as exigências de correção, clareza e coerência de documentos oficiais o seguinte trecho de uma ata:

A notificação do responsável em julgado em débito para que recolha a quantia apurada até o dia vinte nove de abril do útil do corrente ano, devendo ser corrigido e acrescido dos juros devidos ou parcelamento em prazos de respeito a lei.

- D** Considerando-se que o nome em fonte cursiva representa a assinatura, atende à correção gramatical e à formatação exigida em um atestado o seguinte fecho de documento:
 Declaro, outrossim que o referido funcionário está lotado na Diretoria de recursos humanos desta Secretaria de Trabalho desde o ano de 1994, sob o número de matrícula TRT1234.

Atenciosamente,

José da Silva

Diretor de recursos humanos

- E** Considerando-se que a primeira ocorrência de cada nome abaixo representa a assinatura de um conselheiro, atende à correção gramatical e às exigências de impessoalidade e formalidade de um relatório o seguinte parágrafo final:

Como decorrência das considerações apresentadas, recomendamos, ainda, que, em casos futuros de mesma natureza, sejam aplicadas, por similitude, as normas dispostas no código maior do Tribunal de Contas da União.

Rio Branco, 10 de abril de 2009.

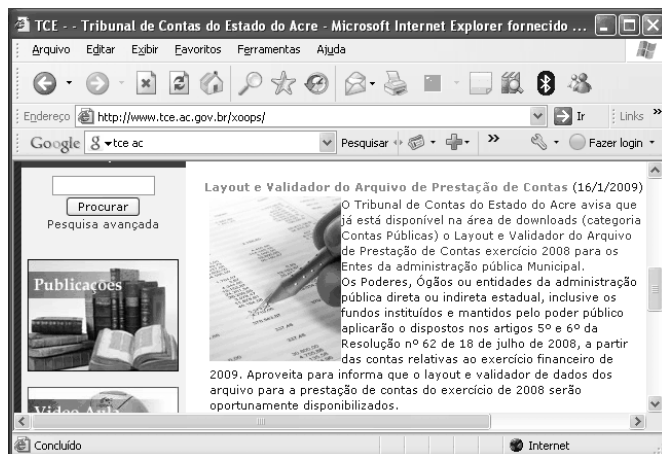
Ivo Souza *José da Silva* *João Alves*

Conselheiro Ivo Souza Conselheiro José Silva Conselheiro João Alves



QUESTÃO 9

Com relação a Internet e *intranet*, assinale a opção correta.

- A** O protocolo HTTPS foi criado para ser usado na Internet 2.
- B** Um dos principais problemas da Internet, a disseminação de vírus pode ser solucionado com a instalação de *javascripts* nos computadores dos usuários.
- C** A adoção da *intranet* nas organizações tem sido uma opção mais econômica, comparada a opções que envolvam a aquisição de *software* e *hardware* de alto custo.
- D** *Intranet* e Internet são semelhantes por proporcionarem benefícios como colaboração entre os usuários, acesso fácil a informações e serviços disponíveis, se diferenciando apenas quanto ao protocolo de transmissão de dados.
- E** Com a evolução dos sistemas de informação, o futuro da *intranet* é se fundir com a Internet, o que irá gerar a Internet 2, com uma capacidade de processar informações 10 vezes superior à atual.

QUESTÃO 10

Considerando a figura acima, que apresenta uma página *web* do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC) acessada por meio do Internet Explorer 6.0, assinale a opção correta.

- A** Para se fazer o *download* da figura contida na página mostrada, é suficiente clicar a figura com o botão direito do *mouse*; clicar a opção Salvar Imagem Como; na janela disponibilizada, digitar um nome para o arquivo; e clicar Salvar.
- B** Ao se digitar a palavra tribunal no campo e clicar o botão , será apresentada uma lista de todos os arquivos existentes no computador cujo nome possua a palavra tribunal.
- C** Ao se selecionar um dos parágrafos do texto na página mostrada e pressionar o botão , serão apresentadas opções de formatação do texto.
- D** Ao se clicar a ferramenta , será aberta uma nova página para edição de texto.
- E** O menu **Favoritos** apresenta recursos para se fazer *upload* das páginas preferidas pelo usuário.





QUESTÃO 11

A respeito de correio eletrônico, assinale a opção correta.

- A Ao se enviar um *e-mail*, é possível encaminhar cópia dele para, no máximo, três usuários simultaneamente, sem prejuízo para a velocidade de transmissão.
- B Para se encaminhar por *e-mail* uma planilha eletrônica com dados sigilosos, é suficiente habilitar a opção Segurança, do *software* cliente de *e-mail*.
- C É preferível encaminhar *e-mails* com arquivos PDF anexos a fazê-lo com arquivos .DOC, para garantir a segurança dos dados.
- D O cliente de *e-mail* deve ser configurado com informações do usuário e informações do servidor, como servidor de entrada POP3 e saída SMTP.
- E Para qualquer tipo de transmissão de *e-mail*, é necessária a instalação de *software* cliente de *e-mail* e sua respectiva configuração.

QUESTÃO 12

Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Word 2003 contendo um documento em edição no qual o parágrafo "1 - O Tribunal (...) Governador." está selecionado, assinale a opção correta.

- A Para se imprimir apenas o texto selecionado, é suficiente clicar a opção Imprimir do *menu* **Arquivo**, selecionar a opção Seleção e clicar OK.
- B Ao se clicar a ferramenta , será iniciado o *upload* do texto para a Internet, bastando que o usuário informe o endereço desejado para isso.
- C Ao se clicar a ferramenta , o corretor ortográfico será habilitado, e, ao se clicar a opção , o corretor ortográfico será desabilitado.
- D Ao se clicar a ferramenta , o parágrafo selecionado será recortado para a área de transferência.
- E O *menu* **Ferramentas** apresenta o recurso de compactação de arquivo, que permite reduzir em até 70% o tamanho do arquivo associado ao documento em edição.

QUESTÃO 13



A respeito de sistema de arquivos e métodos de acesso, assinale a opção correta.

- A Em um arquivo, podem-se armazenar diversas pastas, com assuntos distintos, como memorandos e cartas.
- B Para se transferir um arquivo de um *pen driver* para o computador, é necessário que exista espaço disponível na memória ROM para receber o arquivo.
- C Ao se transferir um arquivo de um disco rígido fixo para uma unidade removível usando-se o recurso de arrastar e soltar, automaticamente o arquivo será removido do disco rígido.
- D Para se salvar arquivos da Internet no computador do usuário, é necessário configurar o cliente de *upload*.
- E Quanto à gravação de dados, o DVD-R é um tipo de mídia semelhante ao CD-R, isto é, é um disco em que os dados podem ser gravados uma única vez.

QUESTÃO 14

	A	B	C	D
1	Orçamento de Materiais			
2	Produto	Valor unitário	Quantidade	Total
3	Papel	10,9	50	545
4	Caneta	0,95	200	190
5	Clips	2,5	100	250
6	Borracha	0,5	500	250
7	Total			1235
8				

Considerando a janela do Excel 2003 acima, assinale a opção correta.

- A As células A1, B1, C1 e D1 podem ter sido mescladas usando-se a opção Mesclar, disponível no *menu* **Dados**.
- B O valor da célula D5 pode ter sido obtido usando-se a fórmula = B5*C5.
- C O total mostrado na célula D7 pode ter sido calculado usando-se a fórmula = soma (D1+D6).
- D Para se formatar as bordas da planilha, é suficiente selecionar a planilha e clicar a ferramenta .
- E Para se formatar os valores da coluna B como moeda, é suficiente clicar a ferramenta .

QUESTÃO 15

Um título com valor nominal de R\$ 1.000,00 foi resgatado 8 meses antes de seu vencimento, à taxa de desconto comercial simples de 6,4% ao mês. O valor do desconto obtido foi aplicado em um fundo de investimentos, remunerado sob uma taxa de juros compostos, capitalizados mensalmente, de modo que, 3 meses após a aplicação, o montante igualou-se ao valor nominal do título. Nessa situação, sabendo-se que $8^3 = 512$, é correto afirmar que a taxa mensal de juros usada pelo fundo de investimentos foi igual a

- A 25%.
- B 32%.
- C 41,2%.
- D 46,2%.
- E 150%.

QUESTÃO 16

Ao entrar em vigor lei específica que estabeleceu novos direitos aos usuários de telecomunicações, uma operadora de telefonia celular perdeu 8% dos seus clientes. A empresa decidiu, então, diminuir sua margem de lucro sobre os serviços ao cliente, o que acarretou um aumento de 10% no número atual de clientes da empresa. Nessa situação, considerando que, após as medidas tomadas pela empresa, o número de clientes da operadora passou a ser de 80.960, então o número de clientes dessa operadora antes da perda dos 8% de clientes era

- A inferior a 73.500.
- B superior a 73.500 e inferior a 75.500.
- C superior a 75.500 e inferior a 77.500.
- D superior a 77.500 e inferior a 79.500.
- E superior a 79.500.

QUESTÃO 17

Em um supermercado, um cliente comprou determinado produto e, na hora de pagar, o operador do caixa registrou um valor 9% superior ao preço impresso na etiqueta do produto. Para corrigir o erro, o operador do caixa efetuou um desconto de R\$ 9,81 sobre o preço registrado, de modo que o cliente pagasse apenas o valor impresso na etiqueta. Nessa situação, o valor em reais registrado na embalagem do produto era igual a

- A 106,50.
- B 109.
- C 110,50.
- D 112.
- E 113,35.

RASCUNHO

QUESTÃO 18

Leonardo, Caio e Márcio são considerados suspeitos de praticar um crime. Ao serem interrogados por um delegado, Márcio disse que era inocente e que Leonardo e Caio não falavam a verdade. Leonardo disse que Caio não falava a verdade, e Caio disse que Márcio não falava a verdade.

A partir das informações dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- A os três rapazes mentem.
- B dois rapazes falam a verdade.
- C nenhuma afirmação feita por Márcio é verdadeira.
- D Márcio mente, e Caio fala a verdade.
- E Márcio é inocente e fala a verdade.

QUESTÃO 19

Considere que as seguintes afirmações sejam verdadeiras:

- Se é noite e não chove, então Paulo vai ao cinema.
- Se não faz frio ou Paulo vai ao cinema, então Márcia vai ao cinema.

Considerando que, em determinada noite, Márcia não foi ao cinema, é correto afirmar que, nessa noite,

- A não fez frio, Paulo não foi ao cinema e choveu.
- B fez frio, Paulo foi ao cinema e choveu.
- C fez frio, Paulo não foi ao cinema e choveu.
- D fez frio, Paulo não foi ao cinema e não choveu.
- E não fez frio, Paulo foi ao cinema e não choveu.

QUESTÃO 20

Em uma investigação, um detetive recolheu de uma lixeira alguns pedaços de papéis semidestruídos com o nome de três pessoas: Alex, Paulo e Sérgio. Ele conseguiu descobrir que um deles tem 60 anos de idade e é pai dos outros dois, cujas idades são: 36 e 28 anos. Descobriu, ainda, que Sérgio era advogado, Alex era mais velho que Paulo, com diferença de idade inferior a 30 anos, e descobriu também que o de 28 anos de idade era médico e o outro, professor. Com base nessas informações, assinale a opção correta.

- A Alex tem 60 anos de idade, Paulo tem 36 anos de idade e Sérgio tem 28 anos de idade.
- B Alex tem 60 anos de idade, Paulo tem 28 anos de idade e Sérgio tem 36 anos de idade.
- C Alex não tem 28 anos de idade e Paulo não é médico.
- D Alex tem 36 anos de idade e Paulo é médico.
- E Alex não é médico, e Sérgio e Paulo são irmãos.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 21

Acerca de princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- A As contribuições sociais, econômicas e de intervenção no domínio econômico representam, no âmbito da União, dificuldades para o cumprimento do princípio orçamentário da não-afetação das receitas públicas.
- B Um orçamento altamente especificado dificulta a fiscalização parlamentar.
- C O cumprimento do princípio da anualidade impede a inclusão, na lei orçamentária, de autorização para abertura de crédito adicional.
- D O princípio da universalidade determina que o conteúdo do orçamento deve ser divulgado para conhecimento de toda a sociedade.
- E O princípio do equilíbrio determina que a receita fixada não deve ultrapassar a despesa prevista.

QUESTÃO 22

Com relação às características da lei orçamentária anual (LOA), no âmbito federal, assinale a opção correta.

- A No orçamento de investimentos, somente constarão as empresas estatais dependentes.
- B O orçamento de investimentos, contempla apenas as despesas correntes que serão realizadas pelas empresas que o compõem.
- C O orçamento da seguridade social cobre as despesas classificáveis como de seguridade social e não apenas as entidades ou órgãos da seguridade social.
- D O orçamento de capital das estatais dependentes é controlado pelo Departamento de Controle das Empresas Estatais.
- E O orçamento fiscal não contempla a administração indireta.

QUESTÃO 23

Assinale a opção correta a respeito dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

- A São integralmente provenientes dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.
- B Devem ser aplicados integralmente na remuneração dos professores da educação pública.
- C A fiscalização de sua aplicação, nos estados e municípios, é atribuição exclusiva dos tribunais de contas estaduais.
- D São distribuídos aos municípios com base no número de crianças em idade escolar.
- E São formados com recursos provenientes das três esferas de governo.

QUESTÃO 24

Assinale a opção correspondente a fonte para abertura de crédito adicional.

- A Produto de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- B Saldo positivo proveniente da diferença entre a despesa realizada e a fixada no balanço orçamentário do exercício anterior.
- C Recurso que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficou sem despesas correspondentes.
- D *Superavit* financeiro, apurado bimestralmente, no balanço patrimonial do exercício financeiro.
- E Excesso de arrecadação constituído pelo saldo positivo das diferenças entre os ingressos e dispêndios do balanço financeiro.

QUESTÃO 25

As ações orçamentárias que contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo **não** incluem

- A programa de serviços ao Estado.
- B atividade.
- C programa de gestão de políticas públicas.
- D projeto.
- E operação especial.

QUESTÃO 26

A LOA, que tem por objetivo a concretização das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no plano plurianual (PPA),

- A deve conter, em anexo, o demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com as metas do PPA.
- B poderá consignar crédito com finalidade imprecisa, desde que destinado a créditos adicionais.
- C deverá conter a forma de utilização e o montante da reserva de contingência.
- D poderá conter a autorização para a abertura de créditos suplementares, como exceção ao princípio orçamentário da exclusividade.
- E deve conter, com relação ao orçamento de investimento das empresas, a estimativa da receita e a fixação das despesas das empresas públicas e sociedades de economia mista.

QUESTÃO 27

O ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público. Acerca do projeto da LOA, assinale a opção correta.

- A** O presidente da República tem quinze dias úteis, a contar do recebimento do projeto, para sancioná-lo. O silêncio importa veto.
- B** As emendas ao projeto deverão ser apresentadas na comissão mista e apreciadas, na forma regimental, pelo Senado Federal.
- C** Após o envio do projeto ao Poder Legislativo, o presidente da República não poderá mais propor modificações.
- D** A iniciativa de apresentação do projeto é privativa do chefe do Poder Executivo.
- E** As emendas ao projeto de LOA incompatíveis com o PPA poderão ser aprovadas, caso indiquem as respectivas fontes de recursos.

QUESTÃO 28

Com referência à classificação da despesa segundo a sua natureza, assinale a opção correta.

- A** O grupo de natureza da despesa tem por finalidade identificar os objetos do gasto.
- B** A codificação da despesa possui sete níveis e nove dígitos.
- C** A modalidade de aplicação possibilita a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.
- D** Na lei orçamentária, a discriminação da despesa será, no mínimo, por elemento da despesa.
- E** Os gastos com pessoal e encargos sociais correspondem a uma das modalidades de aplicação.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta com referência às características do orçamento-programa.

- A** Todos os programas devem ser concluídos a cada novo ciclo orçamentário.
- B** O controle objetiva, principalmente, avaliar a legalidade no cumprimento do orçamento.
- C** Não possui vinculação a um instrumento central de planejamento das ações de governo.
- D** É o elo entre o planejamento e as funções executivas do governo.
- E** Apresenta duas dimensões: objeto do gasto e programa de trabalho, também conhecido como orçamento funcional.

QUESTÃO 30

O conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é estabelecido em dispositivos da Constituição Federal (CF) e, a partir de 2000, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LDO

- A** orienta a elaboração do PPA.
- B** compreende as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, por se tratar de um planejamento estratégico de médio prazo.
- C** dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- D** contém os critérios e as formas de limitação de empenho, que devem ser analisados trimestralmente.
- E** contém a reserva de contingência.

QUESTÃO 31

O PPA constitui-se na síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública. A respeito do PPA, no âmbito federal, assinale a opção correta.

- A** Não pode conter diretrizes, objetivos e metas de regionalização nacional.
- B** Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- C** Sua vigência não coincidirá com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- D** Deve conter todos os investimentos do governo.
- E** Contém a estimativa de receitas e a fixação de despesas para um período de 4 anos.

QUESTÃO 32

A LRF veio fortalecer a LDO, especialmente a partir do Anexo de Metas Fiscais (AMF). Com relação ao AMF, assinale a opção correta.

- A** Deve conter a avaliação do cumprimento das metas do exercício a que se referir a LDO e para os dois exercícios seguintes.
- B** As receitas de alienação de bens não devem ser computadas no cálculo do resultado primário.
- C** Deve trazer a evolução do patrimônio líquido, com destaque para a aplicação dos recursos obtidos com operação de crédito.
- D** Deve avaliar e informar os riscos capazes de afetar as contas públicas.
- E** Deve ser elaborado em conjunto pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e dos estados.

QUESTÃO 33

Os gastos com pessoal representam importante item de despesa de todo o setor público brasileiro. No que concerne às despesas com pessoal, de que trata a LRF, assinale a opção correta.

- A A comparação das despesas com os respectivos limites faz parte do relatório de gestão fiscal.
- B Devem ser apuradas, em sua totalidade, adotando-se o regime de caixa.
- C Os gastos dos entes da Federação não poderão ser superiores aos percentuais da receita corrente estabelecidos pela LRF.
- D A verificação dos limites deve ser realizada ao final de cada bimestre.
- E Quaisquer medidas para retorno ao limite somente devem ser adotadas quando o excedente ultrapassar 10%.

QUESTÃO 34

Se verificarem que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no AMF, os poderes da União e o Ministério Público (MP) terão de promover limitação de empenho e movimentação financeira. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A A periodicidade da verificação das metas deve ser quadrimestral.
- B No caso de recuperação da receita inicialmente prevista, haverá recomposição das dotações dentro do exercício financeiro.
- C Após o início do exercício financeiro, os poderes dispõem de 30 dias para o estabelecimento da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.
- D Os critérios para a suspensão do crédito serão estabelecidos na LOA.
- E O contingenciamento é um corte linear em que todos os órgãos são atingidos por determinado percentual de redução.

QUESTÃO 35

O relatório resumido de execução orçamentária, um dos instrumentos de transparência previstos na LRF, deve

- A conter, como uma de suas peças básicas, o balanço orçamentário.
- B conter o AMF e ser publicado bimestralmente.
- C conter o demonstrativo dos restos a pagar e ser publicado quadrimestralmente.
- D conter demonstrativos comparativos com os limites de que trata a LRF.
- E ser elaborado e publicado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos entes governamentais.

QUESTÃO 36

O controle exercido por órgãos da administração direta sobre a administração indireta apresenta uma série de peculiaridades, as quais incluem a

- A subordinação hierárquica da entidade ao ministério ou secretaria a que as atividades se relacionem.
- B obrigatoriedade da existência de contrato de gestão, para verificação do cumprimento das metas estabelecidas.
- C independência da entidade para escolha dos próprios dirigentes.
- D possibilidade de intervenção sob determinadas circunstâncias, para resguardar o interesse público.
- E faculdade incondicional de recurso à administração direta, quanto às decisões dos dirigentes da entidade.

QUESTÃO 37

Vêm-se ampliando, consideravelmente, as hipóteses de participação popular no controle da administração. O exercício desse controle mediante ação popular, por exemplo, no que diz respeito à lesão ao patrimônio público, é bastante abrangente, mas **não** abrange

- A as organizações não-governamentais mantidas com recursos de instituições públicas internacionais.
- B as pessoas jurídicas subvencionadas pelos cofres públicos.
- C os serviços sociais autônomos.
- D as fundações públicas.
- E as entidades com participação minoritária do Estado.

QUESTÃO 38

A CF, ao estender aos tribunais e conselhos de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios as disposições aplicáveis no âmbito da União, destacou, como um dos aspectos objeto do controle, a legitimidade, que envolve diversos critérios. **Não** faz parte dessas considerações o exame da

- A conveniência.
- B legalidade.
- C prioridade.
- D pertinência.
- E oportunidade.

QUESTÃO 39

Entre as competências privativas da assembleia legislativa, constitui, essencialmente, manifestação do controle externo financeiro por ela exercido

- A apreciar e julgar as contas do tribunal de contas do estado (TCE).
- B fixar a remuneração de seus membros.
- C julgar as contas do governador do estado.
- D autorizar, *a posteriori*, a aquisição e a alienação de bens imóveis pelo estado.
- E julgar as contas do Poder Legislativo.

QUESTÃO 40

As prerrogativas da Assembleia Legislativa do Acre incluem, como um dos aspectos do controle que ela exerce,

- A a indicação para sustar atos normativos que exorbitem os limites da delegação legislativa.
- B o convite para que autoridades prestem informações acerca de assunto previamente determinado.
- C requerer ao TCE que proceda à tomada de contas do governador, quando ele não as prestar.
- D a fiscalização e o controle dos atos dos órgãos e entidades do Poder Executivo, excluindo o das empresas estatais com personalidade jurídica de direito privado.
- E ter ingerência na escolha de todos os conselheiros do TCE, seja escolhendo-os diretamente, seja aprovando a sua indicação.

QUESTÃO 41

No exercício do controle externo, cabe ao TCE

- A homologar as nomeações para os cargos de natureza especial.
- B aprovar quaisquer melhorias das aposentadorias, reformas e pensões de ex-servidores e seus beneficiários.
- C realizar auditorias operacionais por requisição de comissão técnica da assembleia legislativa.
- D auxiliar o Tribunal de Contas da União (TCU) na fiscalização dos repasses efetuados diretamente pela União aos municípios, mediante convênios.
- E requerer ao tribunal de justiça a aplicação de multas aos responsáveis que tiverem provocado dano ao erário.

QUESTÃO 42

Com relação à execução das decisões do TCU, nos termos de sua Lei Orgânica, assinale a opção correta.

- A A decisão de que resulte imputação de débito ou cominação de multa torna a dívida líquida e certa.
- B A decisão preliminar constitui título executivo para cobrança judicial da dívida decorrente de débito.
- C A importância devida, em caso de irregularidade nas contas, deve ser recolhida obrigatoriamente de uma só vez.
- D O servidor que não efetuar o recolhimento do débito tem o pagamento de sua remuneração suspenso.
- E O MP junto ao TCU pode determinar o arresto dos bens dos responsáveis em débito.

QUESTÃO 43

No exercício do controle atinente aos municípios, o TCE

- A não pode ferir a autonomia desses entes federativos.
- B julga as contas do prefeito, mas não as da câmara municipal.
- C emite parecer que é apreciado pela assembleia legislativa.
- D emite parecer prévio acerca das contas do prefeito, que a câmara municipal pode desconsiderar, por maioria de dois terços.
- E pode pedir a intervenção estadual no município.

QUESTÃO 44

A decisão do TCU, em processo de tomada ou prestação de contas, é

- A provisória.
- B condicional.
- C preventiva.
- D corretiva.
- E terminativa.

QUESTÃO 45

Várias são as situações que caracterizam irregularidades no julgamento das contas, de que resulta a condenação ao pagamento da dívida, acrescida de atualização monetária e juros. Caracteriza dano mensurável e atribuível ao responsável

- A a prática de ato antieconômico.
- B o desvio de recursos em benefício próprio ou de terceiros.
- C a omissão no dever à prestação de contas.
- D o cometimento de ato ilegítimo.
- E grave infração a norma orçamentária ou financeira.

QUESTÃO 46

De modo geral, nos termos da Lei Orgânica do TCE/AC, os administradores e responsáveis, no âmbito da administração, estão sujeitos à tomada/prestação de contas. Não estão obrigados à tomada/prestação de contas os

- A sucessores dos administradores e responsáveis, mas só até o limite do valor do patrimônio transferido.
- B responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelos municípios por meio de acordos ou instrumentos congêneres.
- C responsáveis por entidades de direito privado que recebam contribuições para-fiscais pela prestação serviços de interesse público ou social.
- D dirigentes de organizações não-governamentais mantidas por doações de particulares que realizem trabalhos de interesse coletivo.
- E responsáveis pelas contas de empresas de cujo capital o estado participe de forma indireta.

QUESTÃO 47

Em conformidade com a CF, os atos relacionados a pessoal que são apreciados pelo TCU para fins de registro ou reexame **não** incluem

- A** a admissão de pessoal nas empresas públicas.
- B** a admissão de pessoal nas fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- C** as nomeações para cargo de provimento em comissão na administração direta.
- D** a concessão inicial de pensão.
- E** as melhorias posteriores em aposentadorias que tenham alterado o fundamento legal da concessão inicial.

QUESTÃO 48

O TCU estabelece uma série de regras para a denúncia de irregularidades ou ilegalidades. Nesse sentido, assinale a opção correta.

- A** O denunciante, somente em caso de comprovada má-fé, está sujeito a sanções administrativas, cíveis ou penais.
- B** A denúncia pode ser arquivada sumariamente, se ficar evidenciado *a priori* que não tem fundamento.
- C** Caracterizada a irregularidade ou a ilegalidade, o acusado somente deve ser cientificado após a conclusão do processo.
- D** O TCU se reserva o direito de fornecer, ou não, ao denunciante certidão dos fatos apurados.
- E** O sigilo acerca das denúncias em apuração deve ser quebrado se o denunciado já estiver sob investigação de iniciativa do próprio TCU.

QUESTÃO 49

O TCE/AC decide acerca das consultas quanto a dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Essas consultas, no âmbito do estado, poderão ser formuladas por

- A** qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos.
- B** presidentes regionais de partidos políticos.
- C** presidentes de câmaras de vereadores de municípios do interior.
- D** gerentes ou coordenadores de auditoria de entidades da administração indireta.
- E** dirigentes de entidades sindicais de servidores da administração estadual.

QUESTÃO 50

O TCE/AC pode aplicar aos administradores ou responsáveis submetidos à sua jurisdição as sanções prescritas em lei. Nesse sentido, assinale a opção correta.

- A** A fraude comprovada em licitação inabilita definitivamente o responsável, perante as administrações estadual e municipais.
- B** O tribunal pode determinar o arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito.
- C** O tribunal, por dois terços de seus membros, pode considerar o responsável inabilitado para exercer cargo ou emprego permanente por cinco anos.
- D** A sanção, quando a infração for considerada grave, deve ser aplicada diretamente pelo tribunal, sem necessidade de participação da autoridade a que está subordinado o responsável pela irregularidade.
- E** Os dirigentes do controle interno são solidariamente responsáveis quando tomarem conhecimento de irregularidade e não a comunicarem ao TCE/AC.

QUESTÃO 51

Quanto às normas de auditoria no âmbito do setor público estadual no Acre, é correto afirmar que

- A** o controle externo estadual é exercido exclusivamente pelo TCE/AC.
- B** as comissões técnicas e de inquérito da Assembleia Legislativa podem requerer, diretamente ao TCE/AC, a realização de auditorias.
- C** a Assembleia Legislativa pode requerer, ao TCE/AC, a realização de auditorias a respeito da gestão financeira e orçamentária do próprio tribunal.
- D** as medidas que o TCE/AC entender cabíveis para assegurar os interesses do estado, em decorrência de auditoria procedida em entidade da administração indireta, são de aplicação imediata.
- E** a definição das normas para o exercício da auditoria no setor público estadual são de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 52

Julgue os itens a seguir, relacionados à elaboração dos relatórios de auditoria operacional no setor público.

- I O relatório de execução de auditoria tem, como um de seus objetivos, o de levar ao conhecimento de terceiros o projeto de auditoria proposto.
- II No aprofundamento dos diversos temas envolvidos na auditoria, as citações diretas de fontes externas, ainda que extensas, são preferíveis às indiretas.
- III O principal instrumento de apoio à elaboração do relatório de planejamento de auditoria é a matriz de planejamento.
- IV Na descrição da metodologia aplicada, devem ser especificados os critérios de auditoria, as características das unidades de pesquisa e o desenho amostral.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.
- E I, II e III.

QUESTÃO 53

Em relação aos procedimentos de auditoria interna, assinale a opção correta.

- A Para que seja considerada evidência, é preciso que a informação seja relevante.
- B Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento.
- C Para se obterem evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade, devem ser feitos testes de observância.
- D A exigência da carta de responsabilidade da administração faz parte do processo de obtenção e avaliação das informações.
- E Os procedimentos de investigação não devem envolver pessoas físicas ou jurídicas alheias à entidade.

QUESTÃO 54

A respeito do planejamento de auditoria, julgue os itens abaixo.

- I Entre os objetivos do planejamento de auditoria, está a identificação da legislação aplicável à entidade.
- II Um dos fatores econômicos que precisam ser avaliados pelo planejamento de auditoria são as políticas de negócio dos concorrentes da entidade auditada.
- III Para planejar uma auditoria, o auditor ou a entidade de auditoria deve conhecer não apenas as práticas contábeis correspondentes ao período auditado, mas também as práticas adotadas em períodos anteriores.
- IV Quando o auditor de uma entidade investidora não examinar as demonstrações contábeis das entidades investidas e, se os ativos destas representarem parte relevante dos ativos totais daquela, ele deve considerar se pode assumir a incumbência de auditar as referidas demonstrações.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 55

Os exames que precisam ser feitos ao se auditarem as demonstrações contábeis incluem

- I a definição de uma despesa como custo ou gasto nos resultados do exercício;
- II o reconhecimento de provisões;
- III a classificação dos créditos de acionistas, diretores e sociedades coligadas ou controladas;
- IV a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os exames acima, na ordem em que são listados, correspondem, respectivamente, às auditorias

- A das despesas antecipadas; dos passivos; do patrimônio líquido; dos investimentos.
- B de estoques; dos passivos; do patrimônio líquido; do imobilizado.
- C de estoques; do imobilizado; do patrimônio líquido; dos investimentos.
- D das disponibilidades; de estoques; do realizável a longo prazo; do imobilizado.
- E de estoques; dos passivos; do realizável a longo prazo; dos investimentos.

QUESTÃO 56

Acerca das normas constitucionais para os sistemas de controle interno e externo, assinale a opção correta.

- A** Compete ao TCU sustar, de imediato, contratos comprovadamente lesivos ao patrimônio público.
- B** A aplicação das subvenções e as renúncias de receitas estão entre os atos sujeitos à fiscalização do controle externo.
- C** A empresa supranacional encontra-se sob a jurisdição dos órgãos de controle externo, desde que a União detenha, de forma direta ou indireta, a maioria do capital social dessa empresa, nos termos do seu tratado constitutivo.
- D** Desde a sua posse, o auditor do TCU está investido das mesmas garantias e dos mesmos impedimentos dos ministros daquele tribunal.
- E** Os TCEs devem ser integrados por conselheiros em número definido nas respectivas constituições estaduais, que, no entanto, não pode ultrapassar o número de ministros do TCU.

QUESTÃO 57

Assinale a opção correta em relação às licitações, aos contratos administrativos e às concessões de serviços públicos.

- A** A penhora judicial realizada por juiz de vara cível sobre o patrimônio de empresa concessionária de serviço público por dívida de empresa que anteriormente explorava o serviço e contraída na exploração do serviço mostra-se consentânea com a legislação de concessão.
- B** A exigência editalícia de que, na fase de habilitação, as empresas participantes do certame comprovem capital mínimo circulante ou patrimônio líquido de 10% do valor da contratação é ilegal.
- C** É de concessão o pacto pelo qual o município delega a empresa pública estadual a execução de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.
- D** A administração pode rescindir o contrato administrativo em razão de seu descumprimento assim como pode proceder à respectiva retenção de pagamento do que tiver sido pactuado contratualmente.
- E** Os bens reversíveis não amortizados ou depreciados devem ser previamente indenizados ao final da concessão de serviço público como condição necessária ao termo final do contrato.

QUESTÃO 58

Se o governador de um estado nomear um conselheiro do TCE sem a aprovação da assembleia legislativa, tal fato caracterizará um ato administrativo

- A** válido, desde que convalidado pelo TCE e pela assembleia legislativa.
- B** válido, mas imperfeito.
- C** lícito, ineficaz, mas perfeito.
- D** existente, mas inválido.
- E** inexistente e ilegal.

QUESTÃO 59

Quanto aos tribunais de contas no sistema jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- A** As decisões proferidas pelo TCU quanto à aplicação de multas a administradores públicos têm natureza de ato jurisdicional.
- B** No intuito de fomentar a segurança dos autores de denúncias de fatos ilícitos praticados no âmbito da administração, os tribunais de contas podem preservar o sigilo do informante.
- C** A empresa que tiver seu contrato administrativo suspenso por decisão monocrática do TCE pode apresentar apelação para o tribunal de justiça, que a receberá, em regra, apenas no efeito devolutivo.
- D** O tribunal de contas pode reexaminar ato judicial transitado em julgado concessivo de vantagem funcional a servidor público por ocasião da sua aposentadoria, por não se sujeitar à coisa julgada em razão de não haver participado como parte do processo.
- E** Os tribunais de contas não podem determinar a quebra de sigilo bancário de administrador público investigado por superfaturamento de preço praticado em licitação, no âmbito do controle externo realizado.

QUESTÃO 60

Acerca do controle judicial da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O mandado de segurança é o meio correto para determinar à administração a retificação de dados relativos ao impetrante nos arquivos da repartição pública.
- B** É vedado ao condenado por improbidade administrativa com a perda de direitos políticos, enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial, a propositura de ação popular.
- C** A conduta omissiva do administrador público impede a fluência de prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, quando a lei fixa prazo para a prática do ato.
- D** O mandado de injunção não é instrumento adequado à determinação de edição de portaria por órgão da administração direta.
- E** A ação civil pública não é o instrumento adequado ao controle de atos lesivos ao meio ambiente.

QUESTÃO 61

Em relação à desapropriação, assinale a opção correta.

- A** A União pode desapropriar a fazenda de alguém por interesse social para fins de reforma agrária, mas deverá antes dar-lhe prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária inclusive sobre as benfeitorias úteis e necessárias, como forma de evitar o enriquecimento ilícito do Estado em detrimento do particular.
- B** Considere a seguinte situação hipotética. Antônio, que não tem imóvel próprio, ocupou, em determinada cidade, como sua moradia, por 12 anos ininterruptos e sem qualquer tipo de turbação estatal, área de 200 m² que era de propriedade do município. Instado a se retirar do local, procurou advogado para alegar judicialmente o usucapião sobre o imóvel. Nessa situação, está correta a solicitação de Antônio porque não houve oposição do poder público local.
- C** Caso um indivíduo possua uma fazenda de 500 hectares na qual, em 2008, tenha sido descoberta plantação de maconha em 7 hectares de sua propriedade, a administração poderá expropriar toda a fazenda para destiná-la ao assentamento de colonos, sem indenizar seu proprietário.
- D** Lei ordinária é instrumento adequado para estabelecer regramento processual de contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
- E** Embora um laudo indique que a fazenda de um indivíduo é produtiva, a União pode desapropriá-la para fins de reforma agrária se a indenização for prévia e em dinheiro.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta a respeito dos contratos administrativos.

- A** A inadimplência do contratado quanto aos encargos comerciais relativos à obra contratada não transfere à administração sua responsabilidade por seu pagamento.
- B** Não se admite a contratação verbal de particular pela administração em razão da oficialidade dos atos administrativos.
- C** O aumento da carga tributária que tenha produzido consequências no contrato administrativo somente acarretará sua revisão para adequação se ocorrido após a sua celebração.
- D** A administração pode unilateralmente deixar de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo quando verificada hipótese de força maior.
- E** O contrato entre a administração e empresa para execução de serviços de conservação e limpeza torna-se eficaz a partir da assinatura pelo particular.

QUESTÃO 63

Em relação à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A** A rejeição de representação de improbidade realizada por uma autoridade administrativa impede um particular de requerê-la pelos mesmos fatos ao MP.
- B** Uma vez recebida a ação de improbidade proposta contra um indivíduo e determinada sua citação, ele pode apelar ao tribunal para tentar reformar a decisão.
- C** É legal a conduta de um indivíduo que, arrependido de ter praticado ato de improbidade, procure o promotor de justiça da cidade para dispor-se a transação em que seja proposta à autoridade a recomposição do dano como forma de evitar o prosseguimento da ação que já fora proposta e, por consequência, a aplicação de pena.
- D** Ação de improbidade proposta contra ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) será neste processada e julgada.
- E** Considere a seguinte situação hipotética. Francisco ocupava exclusivamente cargo comissionado em tribunal de justiça e foi responsável pela licitação da obra de reforma do fórum da capital ocorrida no período de 30/6/2003 a 12/9/2003. Em 30/6/2004, ele foi exonerado do cargo. Após regular processo administrativo, foi constatada a prática de ato de improbidade, razão pela qual, em fevereiro de 2009, foi ajuizada ação de improbidade contra Francisco. Nessa situação, está prescrita a aplicação da pena por ato de improbidade.

QUESTÃO 64

Considerando o tratamento dado pela CF ao Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- A** Na CF, a competência para instituir impostos foi repartida, obedecendo a técnica da simultaneidade ou cumulatividade.
- B** A competência tributária é delegável, desde que a delegação seja feita entre entidades políticas (União, estados e municípios).
- C** O princípio da capacidade contributiva, segundo previsão expressa na CF, aplica-se a todos os tributos federais, estaduais e municipais.
- D** O princípio da imunidade recíproca é decorrência lógica do princípio federativo e visa assegurar a autonomia dos entes políticos.
- E** A CF adota o princípio da anualidade, segundo o qual, para que um tributo seja exigido, é necessário que a lei orçamentária anual autorize sua cobrança.

QUESTÃO 65

Segundo a classificação da doutrina, a CF é um exemplo de constituição

- A** outorgada.
- B** rígida.
- C** sintética.
- D** ortodoxa.
- E** semântica.

QUESTÃO 66

Com relação à administração pública e seus servidores, assinale a opção correta.

- A** Ao servidor público civil é vedada a associação sindical.
- B** O servidor público no exercício de mandato eletivo terá seu tempo de serviço contado para todos os fins, inclusive promoção por merecimento.
- C** O servidor público investido no mandato de prefeito ficará afastado do cargo, emprego ou função, podendo, no entanto, optar por receber a respectiva remuneração.
- D** Segundo a CF, os ocupantes de cargo público não têm direito a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- E** Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, serão acrescidos de 20% da remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

QUESTÃO 67

O MP e a polícia, no curso de determinada investigação, descobriram que um membro de um TCE fazia parte de uma organização criminosa especializada em praticar crimes contra a administração pública. Diante do farto acervo probatório reunido, esse membro do TCE foi denunciado pelo MP por crime comum.

Na situação hipotética acima, o órgão do Poder Judiciário competente para julgar a autoridade denunciada pelo MP é o

- A** STF.
- B** Superior Tribunal de Justiça.
- C** tribunal regional federal.
- D** tribunal de justiça.
- E** juiz de direito.

QUESTÃO 68

Acerca do processo legislativo brasileiro, assinale a opção correta.

- A** Segundo a CF, emenda constitucional disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
- B** A CF prevê a hipótese de iniciativa popular, que pode ser exercida pela apresentação, à Câmara dos Deputados, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 10% dos eleitores de qualquer estado da Federação.
- C** As medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias a contar de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.
- D** A reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo será permitida apenas uma vez, por igual período.
- E** O procurador-geral da República tem competência para propor projeto de lei ordinária ou complementar.

QUESTÃO 69

Antônio, governador de determinado estado, visando impedir um comício marcado para o dia seguinte em praça pública, determinou ao comando da polícia militar a prisão de João, organizador do comício. Além disso, o governador Antônio baixou um decreto determinando que todos os que comparecessem ao comício fossem presos. O governador fundamentou sua decisão na necessidade de preservar a ordem pública e no fato de não ter sido solicitada autorização para a realização do evento. Foi assegurado a João o direito a um advogado e a um telefonema.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta tendo em vista os direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

- A** A prisão de João, em tese, foi legal, visto que devidamente fundamentada e decidida pela autoridade competente.
- B** João poderá impetrar, por meio de seu advogado, mandado de segurança visando questionar a legalidade de sua prisão e garantir o seu direito de ir e vir.
- C** João deveria ter solicitado autorização prévia para a realização do comício, não sendo suficiente o simples aviso prévio à autoridade competente.
- D** A prisão de João e o local onde foi recolhido deveriam ter sido comunicados imediatamente ao juiz competente e a sua família.
- E** João só poderia ter sido preso em sua residência, no período da noite, por decisão judicial.

QUESTÃO 70

Determinado parlamentar federal impetrou mandado de segurança junto ao STF, questionando a legalidade do processo legislativo na tramitação de determinada medida provisória. Argumentou o parlamentar que a referida medida provisória fora enviada para votação em plenário antes da apreciação pela comissão que deveria emitir juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, da qual o impetrante faz parte.

Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- A** O parlamentar dispõe de legitimação ativa para suscitar o controle incidental de constitucionalidade pertinente à observância dos requisitos que condicionam a válida elaboração das proposições normativas.
- B** O mandado de segurança não será conhecido pelo STF, visto que a ação cabível é a ação direta de inconstitucionalidade.
- C** A votação da medida provisória e sua conversão em lei não terão influência na ação proposta pelo parlamentar, visto que o vício apontado é insanável.
- D** O mandado de segurança será conhecido pelo STF, visto que o parlamentar tem legitimidade ativa para exercer o controle concentrado de constitucionalidade.
- E** A inconstitucionalidade deveria ter sido questionada pelo parlamentar por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 71

Um capital foi aplicado pelo período de um ano, em uma conta remunerada, à taxa de juros de 10% ao mês. Considerando que o regime de capitalização foi de juros simples nos primeiros 10 meses e de juros compostos nos 2 últimos meses, que, durante esse ano, o investimento gerou um lucro de R\$ 3.075,01, e desconsiderando taxas de administração e outras taxas, então é correto afirmar que o capital aplicado, em reais, foi

- A inferior a 2.170.
- B superior a 2.170 e inferior a 2.200.
- C superior a 2.200 e inferior a 2.230.
- D superior a 2.230 e inferior a 2.260.
- E superior a 2.260.

QUESTÃO 72

Um comerciante que deve a um banco um título de valor nominal igual a R\$ 23.450,00, com vencimento para daqui a dois meses, negociou com o banco a prorrogação da dívida por mais quatro meses. Considerando a data focal como sendo o momento atual e que, para o título acima, o banco adotou o desconto comercial simples à taxa de 60% ao ano, então o valor nominal, em reais, do novo título será

- A inferior a 26.000.
- B superior a 26.000 e inferior a 28.000.
- C superior a 28.000 e inferior a 29.000.
- D superior a 29.000 e inferior a 31.000.
- E superior a 31.000.

QUESTÃO 73

Um fundo de investimentos pratica a taxa nominal de juros compostos de 126% ao ano, capitalizados bimestralmente. Se forem investidos R\$ 2.500,00 nesse fundo, o valor dos juros, em reais, obtidos por esse capital após quatro meses de aplicação será

- A inferior a 1.000.
- B superior a 1.000 e inferior a 1.100.
- C superior a 1.100 e inferior a 1.200.
- D superior a 1.200 e inferior a 1.300.
- E superior a 1.300.

QUESTÃO 74

Uma pessoa comprou um veículo pagando uma entrada, no ato da compra, de R\$ 3.500,00, e mais 24 prestações mensais, consecutivas e iguais a R\$ 750,00. A primeira prestação foi paga um mês após a compra e o vendedor cobrou 2,5% de juros compostos ao mês. Considerando 0,55 como valor aproximado para $1,025^{-24}$, é correto afirmar que o preço à vista, em reais, do veículo foi

- A inferior a 16.800.
- B superior a 16.800 e inferior a 17.300.
- C superior a 17.300 e inferior a 17.800.
- D superior a 17.800 e inferior a 18.300.
- E superior a 18.300.

QUESTÃO 75

Um banco emprestou R\$ 40.000,00 para um cliente, à vista, sem prazo de carência, para ser quitado pelo sistema francês de amortização em 14 prestações anuais, iguais e consecutivas, com a primeira prestação vencendo um ano após a data da tomada do empréstimo. Sabendo que o banco cobra 5% de juros compostos ao ano e tomando 0,5 como valor aproximado para $1,05^{-14}$, é correto afirmar que o valor do saldo devedor, em reais, após o pagamento da terceira prestação, será

- A inferior a 29.000.
- B superior a 29.000 e inferior 30.500.
- C superior a 30.500 e inferior 32.000.
- D superior a 32.000 e inferior 33.500.
- E superior a 33.500.

RASCUNHO

QUESTÃO 76

Com referência à avaliação de estoques de modo geral, assinale a opção correta.

- A A provisão para ajuste ao valor de mercado é dedutível para efeitos tributários.
- B A regra **custo ou mercado, dos dois o menor** visa eliminar dos estoques a parcela dos custos recuperável.
- C O imposto de importação e o IOF não devem integrar o custo dos insumos importados.
- D Com a estabilização dos preços, o fisco passou a aceitar a adoção do método UEPS ou LIFO.
- E Com a utilização do método do preço específico, o fluxo contábil dos bens coincide com o fluxo físico.

QUESTÃO 77

Com relação à avaliação das provisões, assinale a opção correta.

- A A provisão para 13.º salário de empresa cujo exercício se encerra em junho corresponderá, a grosso modo, a $\frac{6}{12}$ do valor bruto da folha de pagamento.
- B A provisão para férias deve levar em conta o salário normal do empregado, acrescido dos encargos e deduzido do terço constitucional.
- C Se a empresa tiver uma contingência ativa com valor determinável e grande probabilidade de realização, deverá limitar-se a mencionar o fato em nota explicativa.
- D Os dividendos a pagar devem ser registrados, no balanço, de acordo com as previsões estatutárias, ainda que a proposta de distribuição contemple valor maior.
- E A atualização da provisão para o imposto de renda não deve ser acrescida ao passivo, exceto para o caso do imposto de renda diferido, exigível a longo prazo.

QUESTÃO 78

Variações patrimoniais são as modificações no patrimônio, geradas por fatos contábeis. Assinale a opção cuja combinação das variações corresponde ao fato mencionado.

- A Aumento de ativo com diminuição de passivo corresponde a fato modificativo aumentativo.
- B Aumento de ativo e diminuição de ativo com aumento de patrimônio líquido corresponde a fato misto aumentativo.
- C Diminuição de patrimônio líquido com aumento de passivo corresponde a fato permutativo.
- D Diminuição de ativo com diminuição de passivo corresponde a fato modificativo diminutivo.
- E Diminuição de ativo com diminuição de passivo e diminuição de patrimônio líquido corresponde a fato permutativo modificativo aumentativo.

QUESTÃO 79

Na perspectiva do setor público, o valor original corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada ou de saída. Assinale a opção que **não** corresponde a valor de saída.

- A valor de liquidação
- B valor de realização
- C valor presente do fluxo de benefícios do ativo
- D custo corrente
- E valor justo

QUESTÃO 80

O princípio da oportunidade deve ser observado sempre que haja variação patrimonial. É correto afirmar que essas variações podem ter origem em

- A movimentos internos que modificam a estrutura qualitativa do patrimônio, como a inutilização de produtos cuja data de validade expirou.
- B movimentos internos que modificam a estrutura quantitativa do patrimônio, como a requisição de materiais para integração ao processo produtivo.
- C eventos de origem externa, alheios à vontade da administração, como a queda da cotação dos produtos comercializados pela entidade.
- D transações realizadas com outras entidades, mediante acordo recíproco, como doação do poder público.
- E movimentos externos, alheios à vontade da administração, que modificam a estrutura qualitativo-quantitativa do patrimônio, como a descoberta, pela entidade, de jazidas minerais.

QUESTÃO 81

Existem, basicamente, dois sistemas de apuração do custo das mercadorias vendidas: inventário periódico e inventário permanente. Assinale a opção que caracteriza um típico registro do sistema de inventário permanente.

- A D – custo das mercadorias vendidas
C – mercadorias
(somente ao final do exercício)
- B D – compras
C – fornecedores
- C D – fornecedores
C – devoluções de compras
(ao longo do ano)
- D D – resultado
C – compras
- E D – mercadorias
C – fornecedores

QUESTÃO 82

A respeito da escrituração contábil, o Conselho Federal de Contabilidade estabelece normas acerca das formalidades a serem observadas. Nesse sentido, assinale a opção correta.

- Ⓐ À falta de documentação de origem externa, a empresa terá de gerar documento de origem interna para fundamentar fato contábil.
- Ⓑ A escrituração pode ser confiada a profissional contábil com formação de nível médio.
- Ⓒ Das demonstrações contábeis obrigatórias, apenas o balanço patrimonial e a DRE devem ser transcritas no livro Diário.
- Ⓓ Os livros Razão e Caixa, ainda que facultativos, são de grande utilidade para os profissionais da empresa e de fora dela.
- Ⓔ A empresa pode, a qualquer tempo, alterar registro efetuado no Diário, substituindo a folha correspondente.

QUESTÃO 83

Nas sociedades por ações, os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, que não estejam sujeitos à aplicação do método de equivalência patrimonial, serão avaliados pelo

- Ⓐ custo de aquisição, acrescido da valorização das ações conforme valor de negociação em bolsa.
- Ⓑ custo de aquisição, acrescido das bonificações recebidas e deduzido das perdas pela queda nas cotações.
- Ⓒ valor patrimonial da data de aquisição, deduzido dos dividendos distribuídos desde aquela data.
- Ⓓ custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na sua realização, desde que permanentes.
- Ⓔ valor de mercado à data da aquisição, deduzido de provisão para perdas eventuais.

QUESTÃO 84

Na consolidação das demonstrações contábeis, a participação de acionistas minoritários deve ser destacada, razão pela qual a CVM determina que, no balanço patrimonial, essa participação seja classificada

- Ⓐ em grupo isolado do passivo, antes do patrimônio líquido.
- Ⓑ no passivo exigível a longo prazo.
- Ⓒ como desdobramento do capital social.
- Ⓓ como reserva de capital.
- Ⓔ como desdobramento de resultados de exercícios futuros.

QUESTÃO 85

despesas	ano 1	ano 2	ano 3
de pessoal	200.000	240.000	240.000
financeiras	150.000	240.000	300.000
...
total	500.000	600.000	750.000

Considere que a tabela acima corresponda a despesas de uma empresa ao longo de três períodos (valores em R\$ mil). Com base nesses dados, assinale a opção correta.

- Ⓐ As despesas de pessoal e financeiras, em seu conjunto, tiveram primeiro uma queda e, depois, uma elevação em sua participação.
- Ⓑ Tomando-se o ano 1 como base, os índices correspondentes às duas despesas no ano 3 foram de 20% e 100%, respectivamente.
- Ⓒ A participação das despesas de pessoal caiu em relação às financeiras entre o início e o final do período.
- Ⓓ Tomando-se o ano 3 como base, o índice correspondente às despesas financeiras no ano 1 é igual 100.
- Ⓔ O ritmo de crescimento das despesas de pessoal foi superior ao do total das despesas entre o início e o final do período.

RASCUNHO

QUESTÃO 86

O quociente [capitais de terceiros]/[capitais próprios] de uma empresa era de 0,4 no primeiro ano e passou para 0,6 no segundo; e o [participação das dívidas de curto prazo]/[endividamento total] passou de 0,3 para 0,5, no mesmo período. Essas informações permitem concluir que

- A** o endividamento a curto prazo aumentou 1,5 vez em relação ao total dos recursos à disposição da empresa.
- B** a participação das dívidas a curto prazo sobre o endividamento total não se alterou do primeiro para o segundo ano.
- C** o patrimônio líquido da empresa está diminuindo.
- D** o perfil de endividamento da empresa está melhorando.
- E** a empresa está aumentando o total dos recursos à sua disposição.

QUESTÃO 87

A Lei n.º 8.666/1993 dispõe que as licitações serão processadas e julgadas em conformidade com vários princípios. Assinale a opção correta no que diz respeito ao significado de alguns desses princípios.

- A** Por vinculação ao instrumento convocatório supõe-se que as regras estabelecidas no edital não podem ser alteradas sob qualquer pretexto.
- B** O julgamento objetivo é mais fácil de obter quando, em vez do critério do preço, adota-se qualidade, técnica ou rendimento.
- C** O princípio da moralidade está reiterado na referência à probidade administrativa, priorizando-se os padrões éticos que devem nortear o comportamento da administração.
- D** De acordo com a impessoalidade, os membros das comissões de licitação não devem ter qualquer conhecimento prévio dos licitantes.
- E** De acordo com o princípio da igualdade, quaisquer interessados devem poder participar do processo licitatório, sem restrições.

QUESTÃO 88

A licitação é inexigível para os serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A** A enumeração dos casos de inexigibilidade é exaustiva, para evitar o excesso de discricionariedade.
- B** A recorrência e a padronização de determinado serviço não se coaduna com a sua singularidade.
- C** A existência de dois ou mais profissionais ou empresas altamente capacitados, ainda que com qualidades singulares, impede a administração de adotar critérios discricionários e subjetivos para a escolha do contratado.
- D** Na maior parte das situações com que a administração se depara, há apenas um profissional ou empresa altamente qualificado e especializado.
- E** Para configurar-se a hipótese de inexigibilidade da licitação, não é necessário que a singularidade do serviço seja reconhecível como necessária para o melhor atendimento possível dos interesses da administração.

QUESTÃO 89

Segundo a Constituição Federal (CF), o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). É competência do TCU prevista na CF

- A** avaliar o cumprimento das metas previstas na lei orçamentária anual.
- B** julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- C** encaminhar ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades.
- D** fiscalizar a aplicação dos recursos efetuados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.
- E** apreciar, para fins de registro, os atos administrativos que envolvam a aplicação de recursos públicos.

QUESTÃO 90

A respeito da dívida pública, assinale a opção correta.

- A Os restos a pagar são classificados como dívida fundada.
- B As operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento, integram a dívida pública consolidada.
- C A dívida pública encontra-se classificada no passivo financeiro do balanço patrimonial.
- D Compete ao Senado Federal estabelecer os limites para o montante da dívida mobiliária federal líquida.
- E As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificadas como dívida consolidada.

QUESTÃO 91

Realiza-se inventário, na administração pública, para o controle e a conservação do patrimônio público passíveis de registros contábeis. Acerca do inventário e da avaliação dos componentes patrimoniais, assinale a opção correta.

- A Os bens do almoxarifado são avaliados pelo preço médio ponderado.
- B Na administração pública, não podem ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.
- C A atribuição de números sequenciais de registro patrimonial para identificação e inventário é denominada registro sintético.
- D Para perfeita caracterização dos bens de caráter permanente, bem como dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, devem ser utilizados os registros sintéticos.
- E Bem móvel controlado é o material dispensado de tombamento.

QUESTÃO 92

Segundo conceitua o Prof. Hélio Kohama, os estágios da receita pública são as etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e pelas repartições encarregadas de executá-las. Acerca dos estágios da receita pública, assinale a opção correta.

- A O lançamento por declaração é aquele realizado pelo próprio contribuinte, verificado posteriormente pela autoridade pública.
- B O estágio do recolhimento deve anteceder a arrecadação aos cofres públicos.
- C É no estágio da arrecadação que se verifica o princípio da unidade de tesouraria.
- D Os impostos diretos e outras receitas com vencimento determinado em leis especiais, regulamentos ou contratos são objeto de lançamento.
- E A previsão da receita visa identificar o devedor dos tributos e os respectivos valores e espécies.

QUESTÃO 93

A classificação funcional da despesa

- A é constituída por duas categorias: órgão e unidade orçamentária.
- B tem subfunções que não podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
- C serve como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de governo.
- D evidencia os órgãos que gastam os recursos em conformidade com a programação orçamentária.
- E fornece indicações acerca dos efeitos que o gasto público tem sobre toda economia.

QUESTÃO 94

O suprimento de fundos, também conhecido como regime de adiantamentos, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei. No que concerne ao suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- A Para a sua concessão e execução, é dispensável a emissão da nota de empenho.
- B Deve ser contabilizado e incluído nas contas do ordenador como despesa realizada.
- C Não pode ser concedido para despesas de caráter secreto ou sigiloso.
- D A importância aplicada até 31 de dezembro deve ser comprovada até 31 de março do exercício financeiro subsequente.
- E O segundo suprimento de fundos não pode ser concedido a servidor já responsável por um suprimento de fundos.

QUESTÃO 95

Acerca das demonstrações contábeis do setor público, assinale a opção correta.

- A O resultado patrimonial do exercício deve ser apurado no balanço patrimonial pela diferença das contas do ativo e do passivo real.
- B O balanço financeiro demonstra o resultado financeiro, apurado pela diferença entre as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias.
- C As mutações ativas e as passivas da demonstração das variações patrimoniais devem corresponder aos saldos das despesas e receitas efetivas do exercício.
- D Ao final do exercício, as receitas realizadas demonstradas no balanço orçamentário devem ser comparadas às receitas previstas para apuração do resultado orçamentário.
- E No balanço patrimonial, são demonstrados os atos administrativos contabilizados que não afetam o patrimônio líquido no momento, mas podem vir a afetá-lo no futuro.

QUESTÃO 96

A operação descentralizadora de crédito orçamentário na qual um ministério ou órgão transfere para outro ministério ou órgão o poder de utilização dos recursos que lhe foram dotados é denominada

- A destaque.
- B sub-repasse.
- C repasse.
- D provisão.
- E cota.

QUESTÃO 97

Com relação às características dos trabalhos do auditor interno e do auditor externo, assinale a opção correta.

- A A auditoria externa é permanente, enquanto a auditoria interna é periódica.
- B O escopo dos trabalhos feitos pelo auditor interno é determinado por legislação específica.
- C O auditor externo dirige seus trabalhos para orientar o funcionamento do sistema contábil e de controle interno para que funcionem eficientemente.
- D A diferença básica entre a auditoria interna e a externa refere-se ao grau de independência existente.
- E Os demonstrativos contábeis são os principais objetos de trabalho do auditor interno.

QUESTÃO 98

A aplicação de procedimentos de auditoria deve ser realizada em razão da complexidade e do volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragem. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

- A Os testes substantivos asseguram que os procedimentos de controle interno estão em efetivo funcionamento.
- B A avaliação do auditor, quanto à relevância de rubricas específicas e classes de transações, ajuda-o a decidir sobre onde aplicar, ou não, amostragem e procedimentos analíticos.
- C Ao planejar e determinar a amostra de auditoria, devem ser desconsiderados os erros toleráveis e esperados.
- D Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor e jamais podem ser postos à disposição da entidade.
- E A confirmação externa (circularização) oferece menor grau de confiança que a verificação efetuada na própria empresa.

QUESTÃO 99

A respeito de fraude e erro nos trabalhos de auditoria, assinale a opção correta.

- A O auditor pode ser responsabilizado pela prevenção de fraudes ou erros.
- B Caracteriza-se como fraude a aplicação incorreta das normas contábeis.
- C O risco de não detectar distorção resultante de erro é maior do que o risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude.
- D A conclusão acerca da relevância da fraude e(ou) erro a respeito das demonstrações contábeis não deve influenciar o parecer do auditor.
- E A responsabilidade primeira na prevenção e identificação de fraudes e(ou) erros é da administração da entidade, que, entretanto, não elimina o risco de sua ocorrência.

QUESTÃO 100

Acerca dos riscos de auditoria, assinale a opção correta.

- A A análise inicial desses riscos deve ser feita durante a execução dos trabalhos de auditoria.
- B São formados por três componentes básicos: os riscos inerentes, de controle e de detecção.
- C Em nível geral, a auditoria deve limitar-se aos saldos ou à natureza das contas e ao volume das transações.
- D A avaliação desses riscos, em nível específico, leva em consideração critérios subjetivos ou pessoais.
- E O risco de a aplicação dos procedimentos de auditoria levar o auditor a concluir pela inexistência de incorreção é denominado risco de controle.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço indicado para rascunho no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Na cidade Y, capital do estado federado X, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizou uma auditoria na Companhia de Saneamento do Estado (SANEX), que tem como ordenadora de despesas a diretora-geral Maria Marta dos Anjos, e constatou irregularidades na contratação sem licitação por inexigibilidade da empresa L'Água Equipamentos Ltda., para fornecimento de material e prestação de serviços referentes à manutenção de bombas centrífugas e demais máquinas e equipamentos para tratamento de água e efluentes. O contrato tem vigência fixada até outubro de 2010 e a inexigibilidade de licitação foi baseada na tese de inviabilidade de competição. Em suas informações, a responsável argumentou que se trata de serviço técnico profissional especializado de natureza singular com empresa de notória especialização e que a contratada é a única que tem sede na cidade Y. A equipe de auditoria considerou a contratação irregular.

Considerando situação hipotética descrita no texto acima, redija um relatório técnico a respeito da auditoria realizada que contenha, no mínimo, os seguintes aspectos:

- ▶ dados de identificação do caso e exposição dos fatos;
- ▶ análise técnica e fundamentação;
- ▶ conclusão e providências recomendadas.

Na elaboração do seu texto, considere que sejam aplicáveis à situação descrita as mesmas disposições previstas para o Tribunal de Contas do Estado do Acre (Lei Orgânica) e seu Ministério Público Especial (Lei Complementar n.º 38/1993).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	